



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

QUESTÃO SOCIAL E PANDEMIA DA COVID-19: Uma análise sobre o aprofundamento das expressões da Questão Social nas favelas cariocas.

YANKA MARTINS PEREIRA ¹

RESUMO: A partir de reflexões teóricas, o presente trabalho propõe analisar os impactos da pandemia da covid-19 nas favelas cariocas. As discussões apontam que a pandemia evidenciou o aprofundamento das expressões da Questão Social historicamente vivenciando por moradores de favelas. Nesse contexto, por meio de redes de solidariedade comunitárias passam a atuar na linha de frente de enfrentamento ao vírus. A partir das análises apresentadas concluímos que se constitui fundamental a efetivação de políticas sociais de caráter universal e estatais, considerando as demandas e necessidades das populações faveladas.

Palavras-chave: Pandemia da Covid-19; Questão Social; Favelas Cariocas; Desresponsabilização do Estado; Participação social.

ABSTRACT: Based on theoretical reflections, the present work proposes to analyze the impacts of the covid-19 pandemic on the favelas of Rio de Janeiro. The discussions point out that the pandemic evidenced the deepening of the expressions of the Social Question historically experienced by favela residents. In this context, through community solidarity networks, they start to act on the front line of fighting the virus. Based on the analyzes presented, we conclude that the implementation of universal and state social policies is essential, considering the demands and needs of the slum

¹ Estudante de Pós-Graduação. Puc-rio

populations.

Keywords: Pandemic of Covid-19; Social Question; Cariocas Slums; State disclaimer; Social participation.

1. INTRODUÇÃO

Inicialmente a pandemia da covid-19 chega ao mundo como uma doença nova, desconhecida, silenciosa, com transmissão em larga escala, sem medicamentos comprovados cientificamente como eficazes tampouco uma vacina capaz de conter o avanço acelerado do vírus. Sem dúvidas, a chegada da pandemia, se constitui enquanto um dos maiores desafios sanitários em escala mundial do século.

Em países como o Brasil, revelou a relação entre a disseminação do vírus, as condições sanitárias, as questões socioeconômicas vivenciadas pela população e a gestão do governo frente ao cenário, rebatem diretamente nas políticas sociais e especialmente seus usuários.

Se inicialmente em contexto mundial a chegada da pandemia trouxe incertezas para a população, no cenário das favelas, decorrente de questões estruturais de uma sociedade de classes (grande densidade populacional, precarização na oferta e acesso da rede de saneamento básico, precariedades habitacionais), apontavam que o avanço do vírus nesses territórios poderia ser ainda mais letal e transmissível.

Atualmente, com mais de dois anos de pandemia, embora não possa se dizer que tenha chegado ao fim, como reflexo do avanço da vacinação, os números de casos e mortes mundialmente venham diminuído, o cenário de total flexibilização aponta para esperança de que o fim da pandemia esteja próximo, entretanto, não restam dúvidas, a pandemia já deixa marcas profundas, em especial para a população mais pauperizada, que defronta-se com o alto índice de desemprego, insegurança alimentar, ausência de renda, condições precárias de moradia etc.

Pensando no contexto vivenciado pelas favelas cariocas, no evidente aprofundamento das expressões da Questão Social², na insuficiência da intervenção Estatal, por meio de políticas emergenciais que agissem com celeridade na garantia de uma renda básica em um contexto de total escassez, organizações sociais e comunitárias, através de redes construíram estratégias e formas de sobrevivência que pudessem minimizar o impacto do avanço do vírus neste espaço. Ou seja, se aparentemente as consequências da pandemia são biológicas, para grande parte da população, os impactos são sociais.

Através do debate e aprofundamento de reflexões teóricas propiciadas pelo mestrado acadêmico e levadas ao grupo de pesquisa, buscamos debater as consequências e as formas de enfrentamento à pandemia da covid-19, utilizadas pela população favelada carioca, reforçamos que, esta reflexão teórica é parte de pesquisa de dissertação de mestrado sobre os impactos da pandemia da covid-19 nas favelas cariocas, que se encontra em andamento.

2. As medidas de enfrentamento a pandemia, a desigualdade social e a população favelada.

No município Rio de Janeiro, os primeiros bairros a concentrar casos do novo coronavírus, se constituíam dos mais nobres e caros da cidade; Barra da Tijuca, Leblon, Ipanema e Copacabana. Entretanto, apesar de inicialmente se concentrar

²Carvalho e Yamamoto, (1983, p.77): “A questão social não é senão as expressões/ou a expressão do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão”

nas áreas mais ricas, de encontro as projeções de infectologistas e outros pesquisadores, rapidamente o vírus alcançou os bairros mais pobres, como os subúrbios e as favelas.

Historicamente as construções das cidades reiteram a segregação social, visto que a oferta de moradias e acesso a serviços são condicionados ao nível de renda populacional, o que reforça a divisão entre classes intrínseca a contradição capital e trabalho. O vírus chega ao país de avião, por populações com fácil acesso à educação de qualidade, com maior oferta de serviços de transporte, cultura, lazer e aos planos de saúde privados, apesar disso, o vírus também chega à população que cotidianamente transita entre o asfalto e a favela utilizando o serviço de transporte coletivo super lotado para vender sua força de trabalho, como diaristas, empregadas, motoristas, faxineiras, babás, caixas de supermercado, em busca do acesso a renda e ao mínimo dos serviços.

O novo coronavírus chegou ao Brasil de avião, veiculado pelos representantes daquelas mesmas “classes nobres” que hoje pretendem reabrir tudo para retomar as atividades econômicas, todavia, quem está pagando realmente a conta dos erros políticos e da insensatez social espalhada nesse período pelo Brasil são as periferias, as favelas, as áreas rurais largadas ao seu próprio destino (FRESU, 2020, p.51)

De acordo com dados do Banco Mundial, o Brasil é o nono país mais desigual do mundo, no ano de 2020, em meio a pandemia, de acordo com Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Covid-19, as taxas de desemprego bateram recordes, além disso há um evidente aumento do trabalho informal e insegurança alimentar. Em contrapartida, neste mesmo período, há o crescimento do patrimônio de brasileiros bilionários³.

Apesar de não existir biologicamente uma distinção entre contaminação e classe, a chegada do vírus na favela expõe a população destes territórios à riscos mais elevados em contraponto aos bairros com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), visto que historicamente esses espaços são marcados pela oferta escassa de serviços, precárias condições habitacionais e sanitárias, além da evidente densidade populacional.

3 Matéria disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/07/27/patrimonio-dos-super-ricos-brasileiros-cresce-us-34-bilhoes-durante-a-pandemia-diz-oxfam.ghtml> > Acesso em: 20 de junho de 2022.

Na ausência de medidas comprovadamente eficazes, tais como vacinas, medicamentos e até mesmo a ausência/pouca oferta de testes, a medida preventiva mais difundida no mundo, se traduziu na preconização do isolamento social, uso de máscara e o aumento dos cuidados de higiene.

Diante do avanço da covid-19 e das ações realizadas para contê-la, é possível afirmar, pelo menos no caso brasileiro, que suas implicações não são as mesmas em todos os lugares e para todas as pessoas. Há diferenças de geração, classe, gênero, raça e lugar de moradia que demarcam as possibilidades de cuidado e de acesso aos serviços médico-hospitalares (e também assistenciais), já que tanto aquelas possibilidades quanto o acesso a estes serviços são distribuídos desigualmente entre as classes e camadas sociais. (MAGALHÃES, 2020, p.81)

No Brasil foi amplamente difundido pela sociedade em geral a campanha *Fique em casa*. Entretanto, medidas como está se tornaram pouco eficazes e bastante desafiadoras para grande parte da população favelada. Reforçamos aqui os questionamentos levantados por Menezes e Corrêa (2020) “Qual a eficácia do isolamento social em locais onde pessoas se amontoam em barracos com pouca ou nenhuma ventilação, sem abastecimento de água, sem coleta domiciliar de lixo e sem saneamento básico?” e também os levantados por Gonçalves e Maciel (2020) “Como manter isolados doentes em moradias onde inúmeras pessoas partilham um só ambiente? Como exigir a lavagem periódica das mãos, de embalagens de produtos ou de roupas em lugares com serviço precário de água?”

Embora tenha se preconizado como estratégia de enfrentamento à pandemia o distanciamento social, através do imperativo #fiqueemcasa, não houve um debate sobre as condições habitacionais estruturais de boa parte da população brasileira e ao longo das medidas de flexibilização, a premissa do #fiqueemcasa, foi substituída por *Fique em Casa se puder*.

Conforme aponta Pereira (2021),

O vírus que “não faz distinção” de classe, raça ou gênero, chega a um Brasil que desde a década de 1990 é colocado como alvo de ofensivas e práticas políticas ideologicamente neoliberais que só fizeram aprofundar a desigualdade social. Além disso, o país vivencia uma crise político-econômica (desde 2015), fatos que rebatem diretamente nas políticas sociais, em especial as que compreendem a seguridade social, que são atingidas através de desmontes, do congelamento dos gastos, do sucateamento de serviços e equipes. (PEREIRA, 2021, p. 45-46)

No contexto de intensificação de políticas ideologicamente neoliberais, a sociedade brasileira se depara com políticas sociais pontuais e focalizadas,

entretanto, a população que vive em territórios de favelas vivencia historicamente intervenções estatais com estas características, de acesso mínimo do mínimo, o que permanece e se intensifica com a chegada pandemia.

Como estratégia de minimização dos impactos econômicos da pandemia, em abril de 2020, por meio do decreto número 10.316/2020, foi promulgado o auxílio emergencial, que visava a oferta de renda mínima para pessoas que se enquadrassem nos critérios de elegibilidade previamente estabelecido: mães solteiras, inscritos no Cadastro Único de programas sociais, trabalhadores informais, autônomos, individuais e os desempregados. Além desses, o critério de renda familiar também era um pré-requisito para o acesso.

Sua previsão legal evidenciava a oferta de forma emergencial e mesmo se tratando de mais um benefício com perfil focalizado, neste contexto de grave crise sanitária e econômica, minimamente se esperava que sua provisão pudesse garantir uma renda mínima para a população mais empobrecida que cotidianamente se insere em condições precárias e informais de trabalho, além disso, mais expostas ao vírus, como entregadores de aplicativo, motoristas, ambulantes, ou ainda, outra grande parcela da população que se encontra desempregada.

Apesar do que se esperava do auxílio emergencial, na prática sua concessão foi marcada por pouca celeridade, falta de transparência nas análises e desencontros. Além disso, o valor ofertado, de seiscentos reais e depois reduzido para trezentos, não foi suficiente para conter o avanço da pobreza, da miséria e da pandemia.

A crise econômica e a explosão da pandemia do coronavírus, na interrelação que há entre elas, tem gerado impactos e consequências profundas para a humanidade que depende de seu trabalho para sobreviver. Além dos altíssimos índices globais de mortalidade, ampliam-se enormemente o empobrecimento e a miserabilidade na totalidade da classe trabalhadora. Em parcelas enormes desse contingente, como nos desempregados e informais, a situação torna-se verdadeiramente desesperadora, com o Brasil se destacando como um dos campeões da tragédia. (ANTUNES, 2020, p.8)

Ainda como forma de enfrentamento da pandemia, em busca da diminuição das taxas de contágio e transmissão, os serviços e equipamentos de saúde, educação, assistência social e previdência, passaram por reorganizações na oferta

de seus serviços e funcionamento dos equipamentos.

Sob o risco de sobrecarga do sistema público de saúde que vem sendo atacado e sucateado desde o seu nascedouro na década de 1990 (BRAVO, PELAEZ, 2020), as unidades de saúde passam a priorizar os atendimentos indicativos de covid-19⁴, entretanto, pela restrita oferta no número de leitos, a orientação inicial era de se buscar o atendimento hospitalar apenas com sintomas agravados, priorizando assim o cuidado domiciliar.

A atenção básica de saúde, no Rio de Janeiro especialmente na figura das Clínicas de Família, também tiveram sua organização e oferta de serviços impactadas. Inseridas nos territórios, priorizadas enquanto porta de entrada preferencial da rede de atenção à saúde⁵, cotidianamente ofertam serviços de prevenção, promoção e recuperação através de consultas individuais, coletivas e de acompanhamento contínuo. No cenário pandêmico, suas atividades rotineiras foram suspensas e direcionadas especialmente para o atendimento inicial, de triagem, testagem⁶ e referenciamento para os hospitais de campanha e unidades de referência ao tratamento da covid-19.

Muito embora a atenção básica possua grande potencialidade para o desenvolvimento deste serviço, de monitoramento e acompanhamento dos casos,

4 Neste período, março de 2020, as consultas ambulatoriais e cirurgias eletivas, com exceção das oncológicas, cardiológicas e pré-natal, foram suspensas. Além disso, leitos de enfermarias e Unidades de Tratamento Intensivo – UTIs foram direcionadas para leitos exclusivos de covid. No Estado do Rio de Janeiro, a retomada dos atendimentos se deu de forma gradual a partir de julho de 2020, de acordo com o aumento ou diminuição da pandemia.

5 Para saber mais sobre atenção básica à saúde, decreto 7.508/2011, disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm > .

6 Importante destacar que a testagem em massa se constitui um problema enfrentado pela população brasileira, em especial nos meses iniciais da pandemia, o que contribuiu para a subnotificação dos números de casos.

em especial porque está inserida no território, o cenário é marcado por sucateamento da política de saúde pública: equipes com salários atrasados, falta de equipamentos de proteção individual (EPI), além da falta de testagem em massa para o diagnóstico da população de forma mais rápida e eficaz.

Além disso, ao invés do investimento nos equipamentos de saúde existentes, como por exemplo reforço da cobertura de serviços e atendimentos dá atenção primária e da rede especializada do SUS, houve a priorização da criação de hospitais de campanha, marcada também por obras superfaturadas e escândalos.

Essa reorganização dos serviços de saúde levou à restrição de consultas e atendimentos em saúde de usuários não adoecidos por COVID-19, trazendo assim impactos para a saúde da população em geral. Segundo Eugênio Vilaça, consultor do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) a atenção em saúde como um todo sofre uma redução dos atendimentos e leitos, com cirurgias desmarcadas e restrição dos atendimentos de saúde às urgências.

O Brasil deixou de realizar ou adiou pelo menos 2,8 milhões de cirurgias eletivas em 2020, em função da pandemia. De acordo com o Conselho Federal de Medicina (CFM), procedimentos simples como cirurgia de catarata, hérnia, vesícula, varizes e postectomia estão entre os mais afetados. Assim como aconteceu com procedimentos ambulatoriais, a redução no volume de cirurgias, hospitalares ou ambulatoriais, também afetou todas as regiões do País. (Conselho Federal de medicina, 2021, internet⁷)

Além da política de saúde e seus equipamentos, outras políticas foram impactadas pela chegada da pandemia e imposição de reorganização, neste mesmo horizonte, a educação, previdência e assistência, tiveram seus serviços e profissionais reduzidos, direcionando os usuários ao atendimento remoto, medida esta que dificultou o acesso da população usuária, em especial a uma grande parcela que possui dificuldade de acesso à tecnologia.

A reorganização dos principais setores nesse período se configurou enquanto uma diminuição de oferta de serviços e do provimento de direitos sociais à população usuária por meio do Estado, em contrapartida há uma intensificação das

7 Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/noticias/sus-tem-quase-3-milhoes-de-cirurgias-eletivas-suspensas/> Acesso em 24 nov 2021

demandas para os grupos familiares e suas redes de sociabilidade comunitárias.

3. Formas de enfrentamento à pandemia através da resistência social nas favelas.

Conforme já mencionado, sobretudo a partir da década de 1990, a população brasileira começa a ser impactada por políticas ideologicamente neoliberais, que previam o mínimo de intervenção estatal no que compete aos gastos sociais e o máximo ao capital. De acordo com Netto (2007, p.77), a essência do arsenal neoliberal se dá em duas principais premissas: “[...] uma argumentação teórica que responsabiliza o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que coloca o Estado Mínimo como única alternativa e forma para a democracia.”

Frente ao contexto de histórica insuficiência de intervenção Estatal por meio da implementação de políticas sociais focalizadas⁸ e o aprofundamento das expressões da Questão Social em territórios favelados, como alternativa para sobrevivência, resistência e permanência nesses territórios, a população favelada através da organização, mobilização e articulação em diversas formas, em busca de respostas que atendam às suas necessidades e demandas.

Decorrente desse processo que ao longo das décadas vem se intensificando no Brasil, em contrapartida a minimização da ação do Estado no provimento da proteção social, há um evidente aumento de outros setores chamados a ocupar esse espaço, tais como: a família e no caso das favelas; as redes de solidariedade comunitárias, ações voluntárias e, para aqueles que possuem recursos, a ação do mercado.

8 Embora a focalização das Políticas Sociais se constitua enquanto característica presente no cenário de implementação e intensificação da ideologia neoliberal, no contexto das favelas está característica se faz presente desde o seu surgimento.

Desta forma, para cobrir os vácuos que, na previdência e serviços sociais e assistenciais, deixa este novo Estado “minimizado” na área social, parcelas importantes das respostas à “questão social” são privatizadas e transferidas ao mercado (quando lucrativas) e à “sociedade civil” ou “terceiro setor” (quando deficitárias), que vende ou fornece “gratuitamente” os serviços sociais. Enfim, em contraposição à incondicionalidade, unicidade e universalidade da resposta estatal típica do contexto keynesiano, o novo trato à “questão social”, contido no projeto neoliberal, significa a coexistência de três tipos de respostas: a precarização, a focalização e descentralização. (Montaño, 2004, p. 55-56)

Conforme analisam Gonçalves, Bautès e Maneiro (2018), não se pode afirmar a ausência do Estado nas favelas, mas pelo contrário, em muitos casos, é um dos principais autores no desenvolvimento e consolidação do território. Entretanto, o limite está em conhecer como se dá essa intervenção estatal. A exemplo do cenário vivenciado pela pandemia, o Estado, além das intervenções pontuais de enfrentamento ao vírus, também se colocou presente por meio de repressão e violência⁹.

Com a chegada da pandemia, tem se observado no território das favelas cariocas o fortalecimento de redes de solidariedade e frentes de mobilização, construídas por comunicadores comunitários, moradores e voluntários, na distribuição de alimentos, materiais de higiene e máscaras. Além do desenvolvimento de iniciativas de comunicação e de conscientização.

Assim como a informalidade possibilitou o acesso à cidade a grande parte da população que não conseguiria usufruir de uma moradia através do mercado imobiliário formal (Gonçalves, 2021), com a eclosão da pandemia, a organização popular, os movimentos associativos, a resistência social e a criatividade, possibilitaram que a população pudesse fazer frente e no sentido literário da palavra, resistir, para além do avanço da pandemia.

Pensando sobre o conceito de direito à cidade, a partir da análise do filósofo marxista e sociólogo francês Henri Lefebvre (2001), não se trata somente do direito

9 Apesar da determinação do STF de não realização de operações policiais nas favelas do Rio durante a pandemia, de acordo com relatório elaborado pelo Instituto Fogo Cruzado pelo Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos – GENI/ UFF, apontam que embora a medida tenha poupado vidas, a proporção de tiroteios com vítimas – que ocorrem majoritariamente em casos com presença policial – se manteve estável. Ou seja, a medida impactou na quantidade de atuação e não no comportamento das forças de segurança.

de acessar os distintos recursos da cidade, mas se constitui também do direito de participação dos cidadãos na construção do espaço onde vivem. Sobre o mesmo conceito, o geógrafo britânico David Harvey (2014), analisa que

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre os processos de urbanização. (HARVEY, 2014, p.28)

Segundo o CFESS (2016), as cidades são arenas da luta de classe, onde trabalhadores e trabalhadoras estarão para manifestar e apresentar suas reivindicações. Lefebvre (2008) afirma a dinâmica de produção social do espaço, condição de reprodução ampliada das relações de produção capitalistas. Uma vez produzido pelas relações sociais, o espaço também atua como condição de possibilidade ou limite de “reprodução” dessas relações.

Desde que passaram a existir, as cidades surgiram da concentração geográfica e social de um excedente de produção. A urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos. (HARVEY, 2014, p.30)

Nesse sentido, pensar sobre o direito à cidade a partir da vivência da população favelada, em contexto histórico de aprofundamento e extrema desigualdade e segregação espacial, se constitui como resposta fundamental para a elaboração deste trabalho. É extremamente importante analisar as diversas formas de resistência social utilizada por esta população como estratégia de acesso e permanência na cidade e reforçadas pela necessidade posta durante toda a pandemia.

No cenário de ausência/insuficiência da renda mínima, em contraponto ao aumento da insegurança alimentar, ações de moradores e liderança comunitárias fizeram distribuição de cestas básicas, kits de higiene, de proteção individual (em especial mascarar de tecido) e até mesmo água.

Neste mesmo contexto, de articulação e esforços da população favelada, de comunicadores e movimentos sociais (ao contrário do que se propuseram os disseminadores de *Fake News*), suas ações e estratégias possibilitaram a aproximação da realidade e identificação de casos nos territórios de forma mais fidedigna. Foi o caso, por exemplo, da criação do Painel Unificador Covid-19 nas favelas¹⁰, que contribuiu para a minimização da subnotificação dos números oficiais. O painel funcionou como um alerta aos moradores que acompanhavam o avanço da pandemia através da mídia tradicional, que deu mais ênfase nos “bairros formais”. Os moradores das favelas não se reconheciam enquanto alvos do vírus pela grande mídia, fato que também impactou na execução de medidas preventivas, visto que, ao esconder a gravidade da Covid-19 através da subnotificação, se contribui para que a população não adotasse medidas de distanciamento ou de uso de máscaras.

Além disso, foi necessária muita criatividade por parte dos comunicadores para chegar à informação aos moradores. Foram usados os portais locais de informação, os grupos de *whatsapp*, as redes sociais, caminhões de som, cartazes e o tradicional boca a boca. Em algumas favelas, foram pintadas o número de infectados e mortos em muros nas favelas para que a população pudesse acompanhar o crescimento da pandemia. (GONÇALVES, MACIEL, 2020, p. 161)

As ações de comunicação local desenvolvidas foram de extrema importância, seja na perspectiva da prevenção, através da transmissão de mensagens através de som, faixas, cartazes e também nas redes sociais, que reforçavam a importância do distanciamento social, higienização, uso de máscaras, bem como ações que objetivavam arrecadação de recursos para os moradores mais necessitados.

É importante destacar que as mobilizações de moradores e lideranças comunitárias no período pandêmico não se pautavam apenas nas reivindicações de ações nos territórios, mas também por propostas de políticas públicas para

10“O objetivo principal deste painel é contribuir ao processo de prevenção e mitigação da Covid-19 nas favelas do Rio de Janeiro, para que moradores possam ter maiores dados sobre a presença e o alcance da doença em suas comunidades, para se organizarem e terem mais uma ferramenta para solicitar apoios aos órgãos competentes. [...] Este painel unificador busca juntar estes levantamentos e estimular outras comunidades a coletarem os próprios dados. Enquanto isso, os próprios moradores podem realizar diagnósticos pela plataforma, visando fortalecer a prevenção familiar e individual.” Disponível em: < <https://experience.arcgis.com/experience/8b055bf091b742bca021221e8ca73cd7/> > Acesso em: 25 nov 2021.

minimizar os efeitos da crise sanitária nos territórios favelados. Em março de 2020, coletivos de moradores da Rocinha, em parceria com outras favelas cariocas, elaboraram uma carta ao governador do Estado do Rio de Janeiro, na época Wilson Witzel, com propostas para o combate da pandemia nas favelas.

Conforme analisam Cunha *et al.* (2015, p.117), os movimentos de favelas frente às situações extremas buscam enfrentar as invisibilidades e o silêncio da sociedade frente à negação histórica de direitos aos moradores desses territórios. Dessa forma, buscam romper com as dificuldades de circulação de discursos contra hegemônicos sobre as favelas. Além disso, tais lutas demonstram o conhecimento dos moradores e a importância dos saberes produzidos nas favelas.

Apesar de não se constituir enquanto um processo decorrente da pandemia, mas sim do cenário político, econômico e ideológico, neste período, se tornou ainda mais evidente a refilantropização da Questão Social (Yazbek,1995). Muito embora historicamente os movimentos sociais e organizações populares venham assumindo um papel de provedores de proteção social, através de estratégias de “se vira” frente a insuficiência na oferta das Políticas Sociais através da desresponsabilização do Estado, se faz necessário reafirmar a importância da oferta e efetivação de Políticas Públicas para as favelas, com intervenções capazes de garantir a permanência e sobrevivência dessa população nesses espaços, que devem ser preconizadas e ofertadas pelo viés do direito, conforme concebidas constitucionalmente.

4. CONCLUSÃO

Conforme abordado ao longo desta produção, a chegada da pandemia da covid-19 no Brasil, potencializada pela crise estrutural do capital, evidenciou um contexto de extrema desigualdade social presente no país.

Apesar de inicialmente ser colocado enquanto um vírus “democrático”, em um cenário de aprofundamento de desigualdades, observa-se que sua letalidade chega

a ser maior especialmente para os mais pobres, que se deparam com dificuldades de acesso a condições mínimas de habitação, saneamento básico, renda, trabalho e ao sistema de proteção social.

No contexto das favelas cariocas, a pandemia deixou ainda mais clara a escassez de recurso e serviços enfrentados historicamente por essa população. Além disso, as intervenções Estatais se mostraram insuficientes, paliativas e até mesmo negligentes ao priorizarem que a população fica-se em casa sem fornecer condições suficientes para tal, além de priorizar tal medida em um cenário em que a população se depara com condições habitacionais e sanitárias precárias.

Como reflexo da estruturação desigual das cidades, a vida na favela se constitui desde seu surgimento até os dias atuais como forma de resistência social, por acesso, por reconhecimento, por direitos. Isso porque, apesar de a precarização e focalização se constituírem como características de políticas ideologicamente neoliberais, as intervenções estatais sobre o território das favelas historicamente são pautadas em ações focalizadas e precárias, que culminam na responsabilização da chamada sociedade civil, neste espaço, dos próprios moradores através de redes de solidariedade etc.

Com a chegada da pandemia, se tornou ainda mais evidente o papel que estes grupos desenvolvem nos territórios das favelas e como em um contexto de escassez a solidariedade acaba se tornando a estratégia de sobrevivência para muitos brasileiros.

Neste contexto de avanço das políticas focalizadas, precarização dos serviços, responsabilização da sociedade civil, se torna ainda mais fundamental a defesa de Políticas Sociais ofertadas de forma universal e de responsabilidade estatal, medida que possibilitaria novas projeções no trato da Questão Social para um período pós pandêmico, que não seja ainda mais o aprofundamento da desigualdade social como se vivencia atualmente.

Referencias

ANTUNES, R. Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BERNARDES, J E. “Coronavírus aumentou abismo entre favela e pista”. Brasil de fato, São Paulo. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/14/coronavirus-aumentou-abismo-entre-favela-e-pista-diz-morador-do-morro-do-alemao> Acesso em: 23 de nov. de 2021.

BRASIL. Decreto nº 10.316 de 7 de abril de 2020. Regulamenta a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10316.htm > Acesso em: 24 de nov. de 2021.

BRAVO, M. I. S, PELAEZ, Elaine Junger. MENEZES, Juliana Souza Bravo. A saúde nos governos Temer e Bolsonaro: lutas e resistências. SER Social Estado, democracia e saúde. Brasília, v. 22, n.46, janeiro a junho de 2020. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/25630

FRESU, Gianni. Entre pandemia e crise orgânica: contradições e narrativas hegemônicas do capitalismo em colapso. *In.*: LOLE, Ana, STAMPA, Inez e GOMES, Rodrigo Lima (org). Para além da quarentena: reflexões sobre crise e pandemia, 2020, p. 41-52.

LEFEBVRE, H. Espaço e Política. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2008.

NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GONÇALVES, R. S; BAUTÈS, N; MANEIRO, M. A informalidade urbana em questão. O Social em Questão - Ano XXI - nº 42 - Set a Dez/2018

GONÇALVES, R. S.. MACIEL, G. G.. COVID- 19 e as formas de resistência social nas favelas cariocas. Cidades Dilemas, Desafios e Perspectivas [livro eletrônico]. Alex Ferreira Magalhães (org) [et al]. Rio de Janeiro. UVA. 2020.

GONÇALVES, R. S. Aspectos materiais da informalidade como recurso urbano: o caso das favelas do Rio de Janeiro Caderno de Geografia, v.31, n.64, 2021.

HARVEY, D. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana; tradução Jeferson Camargo. - São Paulo: Martins Fontes - selo Martins, 2014.

MAGALHÃES, A. | As periferias na pandemia: explicitação da política de precarização e de exposição à morte | TESSITURAS V8 S1 JAN-JUN 2020 | Pelotas | RS

MENEZES, J. B. da C. CORRÊA, C. F. A Pandemia do Covid-19: uma discussão à luz da

Questão habitacional e do direito a cidade. Cidades. Dilemas, desafios e perspectivas [livro eletrônico]/ Alex Ferreira Magalhães (Organizador)... [Et al]. -Rio de Janeiro: uva. 2020.

MONTANO, C. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. Revista Lutas Sociais. n. 8 (2002): De comunas a cacerolazos: dois séculos de lutas sociais.p. 53-64.

PEREIRA, Y. M. *Fique em casa: uma análise sobre o familismo e o enfrentamento da pandemia da Covid-19 a partir da experiência do Serviço Social no HUPE, no período de março a julho de 2020.* 2021, Pg. 113. Trabalho de Conclusão de Residência, Curso de Especialização em Serviço Social e Saúde. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021.

YAZBEK, M. C. A Política Social brasileira nos anos 90: refilantropização da Questão Social. In Cadernos ABONG nº 11, 1995